



***Cestas da Memória: identificação e descrição de fotografias aliadas à valorização da terceira idade***

Suellen Alves de Melo\*

**Resumo:** Apresenta um dos projetos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), o *Cestas da Memória*, iniciativa que surgiu em 2003 inspirada no *Chá da Memória*, do Arquivo Público do Distrito Federal. O projeto tem como objetivo tornar acessível parte do acervo fotográfico do APCBH, que por falta de gestão documental não apresenta informações suficientes que possibilitariam seu acesso qualificado, para tanto conta-se com a ajuda voluntária de idosos que contribuem com a identificação e descrição de fotografias. Este trabalho pretende abordar o contexto de criação do *Cestas da Memória*, seus objetivos, metodologia e a importância que representa para o Arquivo, para a história de Belo Horizonte e para seus voluntários.

**Palavras-chave:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Cestas da Memória*. Acervo fotográfico. Identificação e descrição. Terceira idade.

## 1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), criado em maio de 1991, é responsável pela gestão de documentos do município, além de custodiar, preservar e dar acesso aos documentos de guarda permanente do Poder Executivo municipal e dos documentos privados de interesse público. A instituição, que é subordinada à Fundação Municipal de Cultura, também cuida de parte da documentação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio de convênios.

Fotografias, projetos arquitetônicos, revistas e mapas são alguns dos documentos que fazem parte do acervo riquíssimo sob sua guarda e que datam desde antes da criação de Belo Horizonte, no final do século XIX, até os dias atuais. A instituição, ao ser a custodiadora de documentos que registram a história da capital mineira e de seus cidadãos e que, além disso, servem como base para a comprovação de direitos, é o principal testemunho da história local (BELLOTTO, 2014).

O APCBH possui sob sua custódia uma grande quantidade de fotografias. Em 2015, por exemplo, a instituição realizou um recolhimento de documentos provenientes da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), no qual foram recolhidos 21.080 fotografias reveladas, 15.335 negativos e 6.247 slides, que registram atrativos turísticos de

\*Graduanda do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais. (alvesdemelo.s@gmail.com)

Belo Horizonte, eventos da BELOTUR e de cidades mineiras e que datam desde a década de 1970 até 2008<sup>1</sup>.

A falta de gestão documental é um fator comum à maioria das cidades brasileiras. Belo Horizonte, por exemplo, somente veio a estabelecer sua política de arquivos públicos e privados e a possuir uma instituição arquivística após quase cem anos da data de sua criação (BELO HORIZONTE, Lei nº 5.899, 1991). Portanto, a prática de gestão documental no município é recente, o que justifica o fato de alguns dos recolhimentos do APCBH possuírem informações insuficientes a respeito do contexto de produção dos documentos. Esta situação prejudica uma das principais funções arquivísticas, o acesso.

Assim, muitas fotografias recolhidas ao Arquivo não possuem informações, como por exemplo, nome das pessoas retratadas, data do registro fotográfico ou local da foto. É notório que a imagem fotográfica fixa um momento do tempo que não volta mais, por isso tem o poder de encantar seu observador e de despertar múltiplos significados. Entretanto, sem informações como as que foram citadas acima parte de sua identidade se perde e sua compreensão fica debilitada.

A fotografia conecta-se a uma realidade primeira que a gerou em algum lugar e época. Porém perdendo-se os dados sobre aquele passado, ou melhor, não existindo informações acerca do referente que a originou, o que mais resta? Uma imagem perdida, sem identificação, sem identidade... sem história (KOSSOY, 2000, p. 129).

Diante disso, no que tange às fotografias sem identificação, o Arquivo encontrou no cidadão a solução para este problema arquivístico e criou o projeto *Cestas da Memória*.

## **2 CESTAS DA MEMÓRIA<sup>2</sup>**

Embora a ideia inicial que previa a criação do *Cestas da Memória* tenha surgido em 1996, somente em 2003 foi possível colocá-lo em prática. Tal projeto foi inspirado em uma iniciativa do mesmo modelo, o *Chá da Memória*, do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), que contava com a ajuda voluntária de pessoas que participaram da construção da capital do Brasil, para identificar fotografias do período em questão (PARRELA, 2015).

O projeto *Cestas da Memória* foi criado com o objetivo de identificar e descrever parte do acervo fotográfico com informações insuficientes sob custódia do APCBH e assim,

---

<sup>1</sup> Estes dados foram colhidos durante o recolhimento em questão, do qual a autora deste trabalho participou durante estágio acadêmico no APCBH entre agosto de 2014 e março de 2016.

<sup>2</sup> Durante estágio no APCBH, a autora teve a oportunidade de conhecer o projeto *Cestas da Memória* e de participar de algumas de suas sessões.

oferecer aos consulentes acesso qualificado a tais documentos. Para colocar um projeto como este em prática é preciso definir muitos elementos, alguns deles são fundamentais, como por exemplo, o acervo e os colaboradores envolvidos, tanto os internos quanto os externos. Neste caso, o Arquivo escolheu como acervo piloto, o fundo da Assessoria de Comunicação do Município (ASCOM). Tal escolha está relacionada, principalmente, a três fatores: quantidade de fotografias presentes no fundo, falta de informações básicas a respeito das mesmas e alto índice de consulta.

Em relação aos colaboradores externos, a exemplo do ArPDF, o Arquivo contou com ajuda voluntária para atingir as finalidades do projeto. O público voluntário inicialmente almejado pelo APCBH se deve ao fato de que à época da criação do projeto, o país presenciava debates acerca da terceira idade, neste caso, principalmente, relacionados à inclusão dos idosos em políticas culturais. Em contrapartida, o Arquivo ao escolher o acervo piloto do *Cestas da Memória* direcionou, espontaneamente, o perfil dos voluntários, visto que as fotografias do fundo da ASCOM apresentam muitas personalidades, sobretudo, da cena política belo-horizontina. Portanto, os voluntários do *Cestas da Memória*, são, em sua maioria, idosos ex-servidores da Prefeitura de Belo Horizonte.

Tais discussões sobre a terceira idade no Brasil propiciaram a aprovação da Lei nº 10.741 no ano mesmo ano de criação do projeto, 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Em seu capítulo V, artigo 21, § 2º está registrado que:

Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais (BRASIL, Lei nº 10.741, 2003).

Esse parágrafo, em especial, demonstra a relevância atribuída ao idoso, já que ele é visto como um agente de preservação da memória e da identidade culturais. Assim, para além da legislação e dos seus objetivos principais, o projeto do APCBH mostra compreender a importância que os idosos proporcionam à coletividade.

## **2.1 Metodologia**

Inicialmente, o Arquivo valeu-se de meios de comunicação, como por exemplo, jornais locais, para divulgar seu projeto e conseqüentemente angariar voluntários. Ao tomar conhecimento do *Cestas da Memória* e dispostos a participar da iniciativa do APCBH, os interessados entraram em contato com a instituição e a partir desta comunicação foi possível

averiguar quais temas cada voluntário poderia estar mais apto a contribuir na identificação fotográfica, como por exemplo, personalidades ou locais de Belo Horizonte.

Munidos de voluntários e de um acervo a ser trabalhado, o projeto iniciou suas atividades. Antes de cada encontro, os responsáveis pelo *Cestas da Memória* selecionavam o conjunto fotográfico que seria identificado na sessão e a partir disso determinavam quais voluntários seriam convidados, em média quatro ou cinco pessoas. No dia do encontro, os participantes eram buscados em sua residência por um carro da Prefeitura que os transportava ao Arquivo. Nos primeiros anos, as imagens selecionadas eram fotografias reveladas, que ao serem entregues aos voluntários eram identificadas com informações, como por exemplo, nome das pessoas e local da imagem. Técnicos e estagiários faziam a mediação com os voluntários e também eram os responsáveis por anotar os dados identificados em fichas elaboradas pela equipe do APCBH.

Logo após a finalização da identificação, o Arquivo servia um lanche aos presentes na sessão e posteriormente, os voluntários eram levados às suas casas. Durante os próximos dias, o trabalho interno continuava, já que era preciso verificar a veracidade das informações atribuídas pelos convidados às imagens, migrar esses dados para o meio digital em planilhas do Microsoft Excel e com isso prosseguir com o processo de descrição arquivística. Ao final de todas estas etapas tornava-se possível a disponibilização qualificada das fotografias aos consulentes, sendo que a imagem fotográfica que foi identificada passava a conter nota de referência com o nome do voluntário que possibilitou sua identificação.

Ao longo dos anos, o *Cestas da Memória* continuou com a mesma metodologia, entretanto ocorreram algumas modificações. Atualmente, por exemplo, técnicos e estagiários do APCBH participam de um treinamento que visa, sobretudo, padronizar o modo de escrita nas fichas de identificação das imagens, já que informações confusas ou inapropriadas dificultam o trabalho final de atribuição de informações às fotografias. Os documentos fotográficos não são mais entregues às mãos dos voluntários, hoje eles são identificados a partir da visualização das imagens em monitores de computadores. O acervo da ASCOM continua sendo o único a ser tratado no projeto, entretanto o Arquivo tem a intenção de abarcar outros acervos, como por exemplo, os registros fotográficos de um teatro da cidade, o Teatro Francisco Nunes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa da instituição, ao mesmo tempo em que aproxima de si um segmento da população que muitas vezes é deixado de lado pela sociedade, torna o acesso a parte de seu acervo fotográfico qualificado. Em razão da essência do *Cestas da Memória*, ou seja, um projeto fundamentalmente cultural, o APCBH cumpre a legislação responsável por sua criação, particularmente acerca de suas finalidades, “instrumento de apoio à Administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação” (BELO HORIZONTE, Lei nº 5.900, art. 1º). O Arquivo ao qualificar o acesso às fotografias torna os elementos de prova e informação de tais documentos mais evidentes.

A escolha do nome do projeto está relacionada ao fato dos encontros acontecerem, quinzenalmente, nas tardes de sextas-feiras e, além disso, ao redor das “cestas” de lanche os voluntários compartilham suas memórias (PARRELA, 2015). O momento do lanche é considerado extremamente fértil, visto que o convidado tem a oportunidade de compartilhar lembranças dos tempos longínquos registrados nas fotografias. Segundo Santos (2003, p.25-26), “A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente”. Nesse sentido, o momento do lanche é fértil, também, porque muitas informações sobre a municipalidade são relatadas pelos voluntários e desse modo, contribuem para que a equipe do APCBH compreenda determinados fatos acerca dos documentos sob sua custódia.

O *Cestas da Memória*, ao longo de sua existência foi divulgado à sociedade inúmeras vezes, como em jornais impressos e canais de televisão, o que possibilitou o interesse de outras pessoas pelo projeto. Hoje, a iniciativa conta, além da ajuda voluntária de ex-servidores da Prefeitura, com a contribuição de pessoas interessadas na história de Belo Horizonte, entretanto e felizmente, sua essência continua sendo a terceira idade.

No Brasil, por conta de falta investimento público ou por outros fatores que perpassam o escopo deste trabalho, o arquivo enquanto instituição responsável por custodiar documentos de guarda permanente, não é valorizado por grande parcela da sociedade, quando sequer é conhecido pela população. Portanto, o APCBH ao realizar o projeto *Cestas da Memória*, mostra que é possível aproximar o cidadão do arquivo e que a partir dessa aproximação, o alcance da tão sonhada valorização pode ocorrer e conseqüentemente, a instituição arquivística ganhará voz na sociedade. Além disso, segundo Bellotto (2014, p. 134) “Na

medida em que o arquivo, sendo morada da história, se aproxima do cidadão, estará possibilitando que ele melhor conheça a sua identidade cultural”.

Por meio do projeto, o Arquivo consegue cumprir com sua finalidade maior, o acesso. E para tanto promove a inclusão do cidadão à instituição, em especial os idosos, contribui com o reavivamento da memória dos convidados, preserva a memória coletiva e torna parte dos registros da história de Belo Horizonte mais “completos”. De acordo com Corá (2014, p. 71) “A memória passa a ser ponto de congruência entre a história e a identidade das pessoas, fazendo com que as pessoas se sintam pertencentes a um grupo socialmente reconhecido pelo seu passado”. Nesse sentido, os voluntários do *Cestas da Memória* sabem o quanto são importantes para Belo Horizonte, mais do que isso, sabem que ao compartilhar suas memórias se tornam agentes ativos da história da cidade (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016).

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Entre lembranças e fotografias**: a experiência do projeto Cestas da Memória. Belo Horizonte: APCBH, 2016. No prelo.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Chá da Memória**: um projeto para identificação de documentos fotográficos. Brasília: ArPDF, Cadernos de Pesquisa, n. 3, 1996. 16 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 5.899, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 13 de maio 2016.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2014. 360 p.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. 152 p.

PARRELA, Ivana Denise. Cestas da Memória: identificação de documentos fotográficos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, com o apoio de voluntários idosos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 16, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2875/1249>>. Acesso em: 13 maio 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003. 208 p.